



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO  
(BATALHÃO HERÓIS DO JENIPAPO)**

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA/EXÉRCITO  
BRASILEIRO/ COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR  
CONTRATADO: EMPRESAS DE TELEDIAGNÓSTICO.  
OBJETO: Prestação de serviços de EM TELEDIAGNÓSTICO.  
NATUREZA: Ostensiva.  
VIGÊNCIA: 1 (um) ano (período de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_).  
VALOR ESTIMADO:  
REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, empreitada por preço unitário.

PROCESSO Nº: 64040.005639/2020-40

CONTRATO Nº \_\_\_\_:

A União, entidade de direito público interno, por intermédio do **2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO**, Organização Militar do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Av. Frei Serafim, 2833, Centro, CEP 64000-550, nesta cidade, inscrito no **CNPJ/MF** sob o nº **07.549.168/0001-08** (UG Primária) e **07.549.168/0002-80** (UG Secundária), representada neste ato pelo seu **Comandante e Ordenador de Despesas, MARCELO FLORENTINO BORLINA, Tenente Coronel**, Identidade nº **011.154.714-7/EB**, CPF nº **189.193.658-14**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) representante da **Organização Civil de Saúde** \_\_\_\_\_, inscrita no **CNPJ** sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida à Rua (Av.) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) seu (ua) **Diretor(a) Administrativo(a), Sr(a)** \_\_\_\_\_, Identidade nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, domiciliado à Rua (Av.) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATADO(A)**, têm entre si justo e contratado, nos termos da seguinte legislação infraconstitucional: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986; Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001; Portaria Ministerial nº 258, de 22 de abril de 1992 (IG 10-48); Portaria Ministerial nº 305, de 7 de junho de 1995 (IG 12-02); Portaria nº 371-Cmt Ex, de 30 de maio de 2005 (IG 12-04); Portaria nº 653-Cmt Ex, de 30 de agosto de 2005 (IG 30-32); Portaria nº 48-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30-38); Portaria nº 878-Cmt Ex, de 28 de novembro de 2006 (IG 30-16); Portaria nº 139-DGP, de 07 de julho de 2015 (EB 30-IR-10.004); Portaria nº 422-Cmt Ex, de 19 de junho de 2008 (IG 30-18); Portaria nº 117-DGP, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57); Portaria nº 396-Cmt Ex, de 16 de junho de 2008; Portaria nº 1.495-Cmt Ex, de 11 de dezembro de 2014; Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2008, do Ministério da Saúde; Portaria nº 544-MARE, de 26 de fevereiro de 1996; Portaria nº 466, de 4 de junho de 1998, do Ministério da Saúde; Instrução Normativa nº 05-MARE, de 21 de julho de 1995; Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008; Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 11 de outubro de 2010; e demais legislações vigentes que tratam do assunto, que integram o presente Termo de Credenciamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto**

**1.1.** Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de telediagnóstico, que consiste na captação e registro de exames de Eletrocardiograma, MAPA e HOLTER análises, orientação e emissão do Laudo do Traçado Eletrocardiograma, MAPA e HOLTER, mediante comunicação via internet.

**CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital**

**2.1.** Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 001/2020-FUSEx/2º BEC, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - Das obrigações**

**3.1.** Ao **CONTRATADO** compete:

**3.1.1** - Encaminhar ao FUSEx/2º BEC as faturas, discriminando detalhadamente os serviços cobrados.

**3.1.2** - A **CONTRATADA** obriga-se a prestar Serviço de Telediagnóstico via internet ao **CONTRATANTE**, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive finais de semana e feriados;

**3.1.3** - A **Contratada** obriga-se a prestar serviço de Telediagnóstico obedecendo os seguintes critérios:

**3.1.3.1**- Prazo máximo para liberação de Eletrocardiograma – 30 minutos;

**3.1.3.2** – Prazo máximo para liberação de MAPA e HOLTER – 48 horas úteis;

**3.1.3.3** – Fornecer o serviço ativo 365 dias no ano, com instalação e treinamento em 72 horas úteis após firmar o contrato;

**3.1.3.4** – Oferecer suporte remoto todos os dias da semana, 24 horas por dia;

**3.1.3.5** – Não será cobrada taxa de franquia ou volume mínimo de laudos de exames;

**3.1.4** - Indicar formalmente à Administração o nome, identidade e CPF preposto e/ou responsável pela prestação dos

serviços, objeto deste contrato;

**3.1.5** - Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender a demanda ordinária, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração, respeitado as disposições da legislação trabalhista vigente;

**3.1.6** - Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações técnicas e administrativas do FUSEx/ 2º BEC;

**3.1.7** - Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

**3.1.8** - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável;

**3.1.9** - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação constantes do edital.

**3.1.9.1** - Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço;

**3.1.9.2** - A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

**3.1.9.2.1** – Este prazo poderá ser de até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por mais até 30 (trinta) dias.

**3.1.10** – Tratar serviço de telediagnóstico aos beneficiários do Sistema FUSEx/PASS em exames realizado no Posto Médico da Guarnição de Teresina;

**3.1.11** -Não é permitido ao CONTRATADO, cobrar do beneficiário FUSEx/PASS, quaisquer diferenças de procedimento, seja a que título for;

**3.1.12** - As fases do processamento das despesas médicas deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do FUSEx/PASS, por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e a *posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas, conforme estabelece o art. 80 da Portaria nº DGP-48/2008 e 18, § 2º, da Portaria nº DGP-117/2008 (IR 30-57);

**3.1.13** – Apresentar nota fiscal de Prestação de serviços junto com o relatório mensal com os quantitativos e prazos de atendimento por tipo de Laudo.

**3.2. À CONTRATANTE compete:**

**3.2.1** - Manter, durante toda a extensão contratual, as condições de habilitação exigidas por lei e por este instrumento;

**3.2.2**- Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATADO, e devidamente atualizados, os documentos que pelo contratado comprovam sua regularidade jurídico-fiscal;

**3.2.3**- O CONTRATANTE não se responsabilizará por nenhuma despesa decorrente de erro de identificação ou de faturamento;

**3.2.4**- Pagar ao CONTRATADO pelos serviços prestados aos seus beneficiários, conforme preços pactuados, presentes no Anexo L do Edital de Credenciamento;

**3.2.5**- O CONTRATANTE se compromete a pagar as respectivas faturas, até 60 (sessenta) dias do seu recebimento, desde que as mesmas estejam corretas e tenham sido entregues dentro do prazo estipulado;

**3.2.6** - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos neste contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – Do fundamento legal**

**4.1** A presente contratação fundamenta-se no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993 – inexigibilidade de licitação.

#### **CLÁUSULA QUINTA - Do regime de execução**

**5.1** Estabelecer um Sistema de Emissão de laudos visualizados e impressos de acordo com a Resolução do CFM nº 2.107/2014;

**5.2** Não utilizar nem permitir que terceiros se utilizem de dados dos pacientes para quaisquer fins não previstos neste contrato;

**5.3** Prestar informações e esclarecimentos que forem solicitados pela contratante em relação ao objeto deste contrato, diligenciando para que os serviços não sofram solução de continuidade, ao tempo em que deverá cuidar para que seus empregados executem os serviços cujas cargas não excedam as permitidas por lei;

**5.4** O justo valor, mediante apresentação de nota fiscal, dos serviços prestados pelo uso desse material ou aparelhagem será incluído, ao final do tratamento, na conta do paciente e submetido à Seção de Auditoria de Contas Médicas do CONTRATANTE.

**5.5** A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado em Boletim Interno do 2º BEC. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração do FUSEx, no local da prestação do serviço, para representá-lo.

**5.6** O Serviço de Auditoria do FUSEx/2º BEC possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este Termo de Credenciamento.

**5.7** Durante a vigência contratual, o CONTRATANTE, caso necessário, enviará para o CONTRATADO, documentos visando regular procedimentos técnicos e administrativos. Caso este não acate as novas condutas, constitui-se motivo de rescisão do contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA - Dos preços e das condições de pagamento**

**6.1** Os **serviços de telediagnóstico** serão remunerados com base nos valores constantes no Anexo L.

**6.2** Na hipótese de ser a CONTRATANTE entidade da Administração Pública, a remuneração se dará por meio da dotação orçamentária específica, nos termos da legislação e **até 60 dias após o faturamento dos serviços**;

**6.3** É vedado ao CONTRATADO cobrar diretamente do beneficiário do FUSEx/SAMMED/PASS qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos constantes das Tabelas e valores pactuados;

**6.4** O pagamento será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal do CONTRATADO;

**6.5** Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária, em favor do CONTRATADO, na Conta Corrente, Agência e Banco informados, após a apresentação de Nota Fiscal dos serviços e lisura das faturas devidamente discriminadas. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento;

**6.6** A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço prestado deverá ser emitida em nome da **2º Batalhão de Engenharia de Construção, órgão do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Av. Frei Serafim, nº 2833, CEP 64000-550**, inscrito no CNPJ/MF para UG primária sob o CNPJ nº **07.549.168/0001-08** (Matriz) e para UG secundária CNPJ nº

**07.549.168/0002-80** (Filial), da qual deverá constar o número da Nota de Empenho correspondente e os dados bancários do CONTRATADO, para crédito em conta corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados;

**6.7.** O CONTRATANTE efetuará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de protocolo das mesmas na sede do FUSEx/ 2º BEC e após a aferição pelo Serviço de Auditoria do FUSEx.

**6.8.** É vedado ao CONTRATADO cobrar diretamente do beneficiário do FUSEx/PASS qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos constantes das tabelas acima pactuadas.

**6.9.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês sobre o valor do débito, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) / 365;$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

**6.10.** Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

**6.11.** O CONTRATANTE realizará a aferição das faturas, por meio do Serviço de Auditoria do FUSEx/2º BEC, e o pagamento das despesas constantes das notas fiscais, na medida em que estas forem apresentadas, sendo vedada a acumulação das mesmas, na OCS para providências posteriores sem motivos justificados;

**6.12.** Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao CONTRATADO;

**6.13.** - A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CONTRATADO;

**6.14.** É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato;

**6.15.** O CONTRATADO se obriga a apresentar a fatura ao CONTRATANTE, nos prazos indicados no Edital de Credenciamento, no Setor de Entrada de Faturas e Emissão de Guias do FUSEx, em 3 (Três) vias de igual teor, em nome do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, Unidade Gestora do Fundo de Saúde do Exército FUSEx/2º BEC, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Encaminhamentos, com as assinaturas dos paciente, do titular ou do responsável/acompanhante, a relação de materiais e medicamentos gastos, em sala de cirurgia ou fora dela, relativos aos atendimentos prestados no período considerado da conta, discriminando o seguinte número de ordem; data; número da Guia de Encaminhamento; nome do usuário; número do documento de identidade; número do cartão ou matrícula do FUSEx ou PASS; código da CBHPM; valores dos itens cobrados com o Porte e Unidade de Custo Operacional (UCO), quando for o caso, e conforme pacote adotado; relatório de conferência (espelho com o detalhamento da conta); e uma ficha de controle de procedimentos;

**6.16** - O CONTRATANTE não poderá ser responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem glosas;

**6.17** – Fatura entregue no Setor de Protocolo do FUSEx, com atrasos será objeto de avaliação pelo Serviço de Auditoria, sendo aplicada a glosa total do seu valor;

**6.17.1.** – Devolução de Guias Eletivas:

**6.17.1.1** - As Guias Eletivas deverão ser apresentadas no Setor de Entrada de Faturas e Emissão de Guias do FUSEx em até 20 (vinte) dias corridos após a data do atendimento.

**6.17.1.2** - As guias que contemplarem sessões seriadas deverão ser entregues no Setor de Entrada de Faturas e Emissão de Guias do FUSEx em até 10 (dez) dias corridos após a última sessão.

**6.17.2** - O CONTRATADO deverá apresentar, separadamente, as faturas de despesas dos beneficiários do FUSEx, por categorias de contas:

**6.17.2.1** - FUSEx;

**6.17.2.2** - Boletim de Urgência/FUSEX;

**6.17.2.3** - Contas de Internados/FUSEX;

**6.17.2.4** – Fator de Custo;

**6.17.2.5** - Boletim de Urgência/Fator de Custo;

**6.17.2.6** - PASS;

**6.17.2.7** – Boletim de Urgência/PASS

**6.17.2.8** - Conta de Internação/PASS; e

**6.17.2.9** – Servidor Civil.

**6.17.3** – Cada fatura só poderá conter no máximo 30 (trinta) Guias de Encaminhamentos, por categoria;

**6.17.3.1** – O espelho da fatura deve ser apresentado em 3 (três) vias, ou seja, serão três vias somente a folha correspondente ao espelho.

**6.18.** O CONTRATANTE realizará a aferição das faturas, por meio do Setor de Auditoria do FUSEx/2º BEC, e o pagamento das despesas constantes das notas fiscais, na medida em que estas forem apresentadas, sendo vedada a acumulação das mesmas na OCS para providências posteriores sem motivos justificados;

**6.18.1** – Aceita a documentação, dentro dos prazos fixados, a mesma será recebida por meio de termo circunstanciado assinado pelas partes;

**6.19.** Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao CONTRATADO;

**6.20.** O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este edital e/ou com o termo de contrato celebrado entre as partes;

**6.20.1** - O CONTRATADO poderá interpor recurso de glosa, nos termos do art. 109, II, da Lei nº 8.666/1993, contra a decisão da glosa constantes das faturas, com, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis com base nos motivos de glosas indicados neste Edital e/ou no Termo de Contrato celebrado entre as partes;

**6.20.1.1** - Caso o Serviço de Auditoria do FUSEx/2º BEC reconsidere sua decisão com base no pedido da OCS, o procedimento para a efetivação do pagamento prosseguirá seu curso;

**6.21.** Sobre o valor devido ao CONTRATADO, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004;

**6.22.** Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável;

**6.23.** O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

**6.24.** A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CONTRATADO;

**6.25** - O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo, em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes;

**6.26.** É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes deste contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – Do reajuste**

**7.1 Os valores previstos no corpo do Edital e em seus anexos (Anexo L) serão corrigidos e publicados anualmente, até a vigência do presente edital, em estrita observância às regras abaixo:**

7.1.1 Os valores dos itens relacionados às taxas, diárias, materiais, dietas e suplementos; pacotes de prestação de serviços; assistência domiciliar; especialidades não médicas; procedimentos odontológicos; consultas **serão atualizados mediante publicação de nova tabela própria da Administração (Anexo L), no mês de janeiro, tendo como parâmetro pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2014.**

7.1.2 Os preços dos medicamentos **serão pagos pela tabela ÍNDICE FARMACEUTICO BRASÍNDICE ATUALIZADO.**

7.1.3 O SADT e os procedimentos médicos **serão pagos pela tabela CBHPM**, publicada pela Associação Médica Brasileira, de acordo com portes e UCO's que **reflitam a realidade do mercado.**

7.1.4 O filme radiológico **será pago pela tabela do Colégio Brasileiros de Radiologia vigente à época da republicação do edital**, conforme condições e critérios da referida instituição.

7.2 A atualização dos valores contratados poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados.

#### **CLÁUSULA OITAVA – Da vigência**

**8.1.** O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020.

**8.2.** O CONTRATADO dará início aos serviços no dia 1º de abril de 2020 ou na data da assinatura do Termo de Contrato, caso este ato ocorra durante o ano de 2020.

**8.3.** O presente contrato com base no inciso II no artigo 57 da Lei 8.666/93 e suas atualizações, poderá ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, por prazos iguais e sucessivos de até 12 meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, contados da data da publicação do Edital que lhe serve de fundamento, desde que a vigência do referido Edital seja prorrogada por período equivalente.

**8.3.1** – Nos termos do Enunciado nº 04 CPLC/DECOR/CGU/AGU, constitui juízo de conveniência e oportunidade da autoridade pública competente, podendo vigorar por prazo indeterminado, subsidiariamente ao § 4º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

**8.4.** O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos, na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA NONA – Da dotação orçamentária**

**9.1.** A fonte de recursos será do Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037-0250270013-010000000000, Programa de Trabalho Resumido 045161-045162-045098-045101-045100, Natureza da Despesa 339039 e Plano Interno D8SACIVOCSA – PASS; D8SAFUSOCSA- FUSEx; D8SAFCTOCSA – Fator de Custo e D8SAECBOCSA – Ex Combatente.

**9.1.1** - A despesa será empenhada à conta do crédito acima consignado, por meio de nota de empenho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – Da responsabilidade civil**

**10.1.** A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

**10.2.** A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

**10.3.** O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das sanções**

**11.1.** Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CONTRATADO estará sujeito à multa de 1% última fatura paga o (a) contratado (a), por dia de atraso, aplicada na forma prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

**11.1.1** - A multa acima não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no edital.

**11.2.** O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas no edital e neste contrato sujeitará o CONTRATADO, na forma do disposto no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, às seguintes penalidades:

**11.2.1** – Glosas (Total ou Parcial)

**11.2.1.1** – A penalidade de glosa será aplicada, exclusivamente, pelo serviço de auditoria do FUSEx/2º BEC e utilizada para impugnação parcial ou total de valores relativos aos serviços prestados pela CONTRATADA e será aplicada nas seguintes condições e formas:

**11.2.1.2** – Aplicada quando da evidência, pelo auditor, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de serviços, tais como: ausência de assinatura do assistido na guia de cobrança; ausência de assinatura e carimbo do profissional que realizou o atendimento, rasuras; ausência de preenchimento de campos obrigatórios das Guias.

**11.2.1.3** – Aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

**11.2.2** - Advertência;

**11.2.3** - Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 10% sobre o valor da última fatura paga ao contratado, até o limite de 50% sobre o valor da última fatura paga o (a) contratado (a);

**11.2.4** - Em caso de inexecução total, multa compensatória de 100% sobre o valor da última fatura paga o (a) contratado (a);

**11.2.5** - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Comando do Exército Brasileiro, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

**11.2.6** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

**11.3.** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às pessoas jurídicas ou físicas que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993:

**11.3.1** - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**11.3.2** - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento;

**11.3.3** - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**11.4.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

**11.5.** A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**11.6.** As sanções previstas nos **subitens 85.1, 85.4 e 85.5** poderão ser aplicadas juntamente com a dos **subitens 85.2 e 85.3**, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**11.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Defesa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**11.8.** As demais sanções são de competência exclusiva do Ministro da Defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da rescisão**

**12.1.** O presente contrato poderá ser rescindido nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no Art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

**12.1.1** - Determinado por ato unilateral e motivado da Administração do FUSEx, nos seguintes casos:

**12.1.1.1** - Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados;

**12.1.1.2** - Interrupção dos serviços por parte do CONTRATADO, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

**12.1.1.2.1** - A comunicação prévia à administração para a interrupção dos serviços deverá ocorrer com 30 (trinta) dias de antecedência no mínimo;

**12.1.2** - Atraso injustificado no início dos serviços;

**12.1.3** - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

**12.1.5** - Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores dos canais técnicos e administrativos da Administração do FUSEx;

**12.1.6** - Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do Art. 67, da Lei nº 8.666/1993;

**12.1.7** - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

**12.1.8** - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

**12.1.9** - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

**12.1.10** - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato;

**12.1.11** - Descumprimento do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**12.2** - Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a assistência à saúde dos beneficiários do FUSEx/PASS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

**12.2.1** - Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CONTRATADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração;

**12.2.2** – havendo término de contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA continuará prestando serviço aos pacientes internados até a sua alta hospitalar ou transferência para outra OCS contratada ou organização Militar de Saúde do Exército;

**12.3** - Por rescisão judicial promovida por parte do CONTRATADO, se a Administração do FUSEx incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

**12.3.1** - A supressão, por parte da Administração de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993;

**12.3.2** - A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

**12.3.3** - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração do FUSEx decorrentes de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**12.3.3.1** – O prazo de 90 (noventa) dias será considerado a partir da data da fatura entregue no FUSEx.

**12.4** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

**12.5** O 2º Batalhão de Engenharia de Construção poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no **subitem 12.3.2** desta Cláusula.

**12.6** Quando a rescisão ocorrer com base nos **subitens 1.1.9, 1.1.10 e 1.3** desta cláusula, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

**12.6.1** - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

**12.6.2** - Pagamento do custo da desmobilização.

**12.7** A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

**12.7.1** - Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

**12.7.2** - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

**12.8** É permitido à Administração, no caso de recuperação judicial do CONTRATADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

**12.9** Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CONTRATADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CONTRATANTE.

**12.10** A rescisão não eximirá o CONTRATADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da negação de remuneração a militares**

**13.1** O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato, em razão de disposição imposta pela Lei nº 8.666, de 1993.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das Glosas**

**14.1** É reservado à CONTRATANTE, mediante análise técnica e administrativa, o direito de glosa total ou parcial dos procedimentos apresentados em desacordo com as disposições contidas no Edital de Credenciamento e neste Termo de Contrato, de acordo com a legislação aplicável e atos normativos pertinentes.

**14.2** A CONTRATADA disponibilizará a documentação de comprovação dos gastos juntamente com a fatura para o processo de auditoria e lisura de contas médicas.

**14.3** A CONTRATANTE terá o prazo de 20 (vinte) dias para realizar a lisura das contas, contados da data de entrega da fatura no FUSEx/2º BEC. Havendo algum item ou valor divergente na fatura, a CONTRATANTE deverá apresentar à CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a respectiva lisura, o relatório de Glosa.

**14.4** A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar pedido de recurso de glosa, devendo ser feito por escrito e em formulário próprio (recurso de glosa), com a devida justificativa técnica e fundamentada para a revisão do valor ou valores glosados.

**14.5** O recurso de glosa apresentado pela CONTRATADA será julgado e motivado no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do recurso pela CONTRATANTE, e será concluído com a emissão de parecer.

**14.6** A CONTRATADA somente está autorizada a realizar os procedimentos previamente ajustados em contrato, sob pena de arcar com as despesas advindas destes procedimentos.

**14.7** Nos casos de atendimento de urgência ou emergência, a CONTRATANTE se compromete a arcar com as despesas da consulta inicial com o médico atendente da CONTRATADA, exceto se o atendimento evoluir para internação. As demais despesas referentes aos atendimentos previstos neste subitem, se existirem, serão avaliadas em auditoria concorrente ou a posteriori para pagamento, conforme o caso.

**14.8** Caso haja divergência entre o código do procedimento previsto com autorização da CONTRATANTE, devendo, neste caso encaminhar o usuário à CONTRATANTE para as correções necessárias na referida guia.

**14.9** São situações que motivarão Glosa por parte da CONTRATANTE:

**14.9.1** - Cópia de Guia de Encaminhamento, adulteração, rasura ou uso de corretivo nos documentos comprobatórios;

**14.9.2** - Boletim de Atendimento de Urgência ou Emergência sem a assinatura do paciente atendido ou seu responsável legal;

**14.9.3** - Guia de Encaminhamento em nome de outra CONTRATADA;

**14.9.4** - Guia de Encaminhamento vencida, ou seja, passados mais de 30 (trinta) dias da data de sua emissão até o atendimento;

**14.9.5** - Guia de Encaminhamento apresentada para faturamento após o limite máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sem prejuízo, nesta situação do cumprimento dos prazos intermediários previstos nos itens 114 a 117 em razão da possibilidade temporal de o beneficiário fazer uso da Guia na própria data de sua emissão pelo FUSEx;

**14.9.6** - Ausência de Guia de Encaminhamento junto à relação de faturamento apresentada ao FUSEx;

**14.9.7** - Ausência nas faturas do Boletim referentes aos atendimentos de urgência ou emergência;

**14.9.8** - Boletim de Atendimento de Urgência/Emergência com pelo menos um campo não preenchido ou rasurado;

**14.9.9** - Valores de procedimentos em discordância com os pactuados neste contrato;

**14.9.10** - Procedimentos eletivos atendidos sem a Guia de Encaminhamento previamente emitida pelo FUSEx;

**14.9.11** - Atendimento a paciente cujo nome não coincide com o autorizado na Guia de Encaminhamento;

**14.9.12** - Guia de Encaminhamento sem o código do procedimento ou cujo código não se refira ao procedimento realizado;

e

**14.9.13** - Ausência de assinatura na Guia de Encaminhamento;

**14.9.13.1** - Do beneficiário ou do seu responsável legal ou acompanhante; ou

**14.9.13.2** - Do Médico ou Gestor do FUSEx.

**14.10.** Descumprimento de normas administrativas do FUSEx regulando processo de glosa, emitidas ao longo da vigência do Contrato.

**14.11.** Descumprimento dos prazos para a apresentação das contas e Boletim de Urgência/Emergência ao FUSEx/2º BEC.

**14.12.** Outros motivos de glosas, conforme constam no **Anexo L** do edital (Tabela de Glosas do FUSEX).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da subcontratação**

**15.1.** É vedado a entidade contratada, delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Termo de Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do valor do contrato**

**16.1.** O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato, abrangendo sua vigência mais as prorrogações máximas caso permitido, terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos doze meses pelo 2º Batalhão de Engenharia de Construção, para Organizações Civas de Saúde.

**16.1.1** - O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato.

**16.1.2** - O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Das disposições finais**

**17.1.** Para os fins deste contrato consideram-se hemocomponentes, concentrado de hemácias (pediátricas e lavadas), plaquetas, plasma, crio e sangue total.

**17.2.** O CONTRATANTE poderá, unilateral e justificadamente, introduzir modificações contratuais, de forma a melhorar a execução contratual ou resguardar o interesse público, exceto com relação a valores tabelados ou ajustados em pacotes.

**17.3** – Fica obrigado a atender a resolução CONAMA nº 3358, de 29/04/2005 e Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do foro**

**18.1.** O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do município de Teresina/PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**18.2.** E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 3 (três) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Teresina-PI, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Pelo CONTRATANTE:**

**MARCELO FLORENTINO BORLINA – Tenente Coronel**

Comandante e Ordenador de Despesas do 2º Batalhão de Engenharia de Construção

CPF **189.193.658-14**

**Pelo CONTRATADO:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor Administrativo da \_\_\_\_\_

CPF nº **000.000.000-00**

**TESTEMUNHAS:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF nºXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Xxxx  
Xxxx  
CPF nºxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx